

Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa

I

O presente artigo parte da ideia de *marginalidade* como decorrente do domínio ideológico, hegemónico, de uma *centralidade*. Nesse sentido, falar da marginalidade de um grupo ou de um discurso, longe de os constituir como algo intrinsecamente diferente e exterior, limita-se a ser a constatação da sua posição ideológica relativa num dado contexto histórico, revelando um fenómeno que é processual e relacional. Gostaria ainda de demonstrar que, em contextos nos quais cada indivíduo ou grupo pode mobilizar diferentes elementos identitários para a negociação da sua posição simbólica, o jogo de espelhos entre aquilo que é central ou marginal se complexifica.

Com estes objectivos recorrerei ao material de uma investigação qualitativa realizada no meio *gay* de Lisboa¹, contexto no qual pretendo exemplificar aquilo a que me refiro. O que se segue é uma releitura desse material (actualizado sempre que possível) à luz da formulação teórica proposta por J. Pina Cabral em 1996, explicitando a forma como uma marginalidade sexual relativa é gerida por diferentes pessoas e grupos num contexto local preciso, através de processos de negociação de poder simbólico.

* Colaboradora do projecto SPIS no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Esta pesquisa corresponde à dissertação de mestrado apresentada em 1998, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o título *Espaços Públicos, Vidas Privadas: Identidades Gay em Lisboa*. Para esta investigação foi fundamental o apoio financeiro concedido através do programa PRAXIS XXI. Agradeço também os comentários críticos de Miguel Vale de Almeida, fundamentais na reformulação de alguns aspectos do presente texto.

Em pesquisa conduzida em Lisboa entre 1995 e 1997 encontrei um discurso produzido por homens jovens, escolarizados, da classe média urbana², que se auto-identificaram como homossexuais face à sua orientação sexual, discurso esse que designarei aqui como *discurso gay*³.

Tal discurso, ou conjunto de discursos, parte, em grande medida, do pressuposto da «marginalização» do meio *gay* face à «normalidade heterossexual» definida pela sociedade envolvente. Essa marginalização, não encontrando expressão em modelos de repressão tão institucionalizada como outros momentos da história portuguesa recente⁴, inclui, mesmo assim, algumas formas de institucionalização jurídica. A sua produção passa sobretudo, porém, por fenómenos ideológicos hegemónicos, estando presente na maior parte dos contextos de interacção social destes homens e encontrando expressão directa em alguns pontos do seu próprio discurso⁵. No entanto, a argumentação produzida nas entrevistas e implícita em vários aspectos daquilo que observei resulta antes num reposicionamento daquilo a que podemos chamar «estilo de vida *gay*», que a maioria dos homens que entrevistei define pela positiva. Tentarei demonstrar em seguida de que modo o fazem e como neste discurso se joga uma leitura da homossexualidade que a coloca mais perto da normatividade ou centralidade ideológica, bem como um reforço do processo de marginalização de outras formas de experimentar uma orientação sexual minoritária.

A investigação a que me refiro estruturava-se em torno de dois eixos de interesse: os espaços de sociabilidade pública especificamente *gay* e a esfera doméstica, em particular relacionada com a experiência de conjugalidade

² Importa deixar claro, desde já, que as características sociográficas deste grupo, largamente maioritárias entre os homens que entrevistei, decorreram directamente da metodologia de abordagem que escolhi naquela investigação. Com efeito, tendo optado por deixar que fossem os visados a decidir da relevância da sua participação num trabalho sobre «homossexualidade em Lisboa», depressa me vi confrontada com uma autodelimitação do objecto de estudo que viria a revelar-se decisiva na minha leitura dos materiais em análise. Para uma exposição mais detalhada da metodologia em causa, bem como das consequências dessa metodologia, cf. Meneses (1998), pp. 6-14.

³ Para uma breve discussão do significado émico da distinção entre os termos «homossexual» e «*gay*», cf. id., *ibid.*, pp. 15-18.

⁴ Cf. Pereira Bastos (1997), pp. 222-248, para uma descrição significativa de um contexto de repressão muito directa.

⁵ Um exemplo desta reprodução do discurso hegemónico por parte dos sujeitos da dominação (típica dos fenómenos de hegemonia, tal como esta é entendida na teoria social contemporânea) é a utilização que ao longo das entrevistas fazem dos estereótipos de género. Mesmo quando a intenção do discurso é a de enaltecer a forma de vida *gay*, isso é muitas vezes feito a partir de atribuições «tradicionalistas» da masculinidade. Embora elaborada em torno de um contexto diferente daquele em que estes homens vivem, pode ser interessante a este respeito consultar a formulação de Vale de Almeida (1995) acerca dos modos de construção da «masculinidade hegemónica» em Portugal.

destes homens. Começarei, na secção seguinte, por uma análise da importância dos locais públicos para a construção do discurso em análise, assim como para o processo de gestão simbólica da marginalização sexual.

II

Os locais de divertimento nocturno *gay* de Lisboa configuram-se, à partida, de um modo muito claro, como materialização geográfica de uma margem, como espaços de produção de uma diferenciação simbólica. Refiro-me aqui aos bares e discotecas explicitamente *gay*, que em Lisboa se situam todos no Bairro do Príncipe Real, localizado perto das zonas de divertimento nocturno «normais», mas fora delas. Isso já não é verdade para os estabelecimentos classificados nos roteiros da «noite *gay*» de Lisboa como mistos, que correspondem a locais com grande frequência de homossexuais, mas que não cultivam identitária e explicitamente elementos *gay*. Este último tipo de espaço, que foi surgindo em Lisboa a partir da década de 80, corresponde àquilo que se costuma designar por *gay-friendly* e encontra-se dentro das áreas de consumo *straight*.

A frequência regular dos espaços *gay* não é, como se torna óbvio, necessária na vida de qualquer homossexual de Lisboa: muito pelo contrário, a maior parte das pessoas não a praticará, embora seja provável, em especial quando falamos das pessoas mais jovens, que exista pelo menos conhecimento dos locais e algumas visitas a um ou outro deles. É uma faixa particular a assegurar o funcionamento desses locais, faixa que coincide em grande parte com as características do grupo de homens com que trabalhei. Mesmo dentro deste grupo existem variações muito relevantes nos modos de frequência, em quantidade e em qualidade. Tais variações podem ser encontradas entre diferentes pessoas, mas também entre fases diferentes de cada experiência pessoal. A análise que se segue centrar-se-á em primeiro lugar no modo como se inicia a frequência, pois este parece ser um momento fundamental no percurso de vida destes homens, permitindo-nos entender melhor o papel desempenhado por estes espaços na formação das suas identidades pessoais.

Uma maioria esmagadora dos entrevistados refere a enorme importância destes espaços nas fases iniciais da construção de uma identidade *gay*. Com efeito, uma fase exploratória de frequência parece ser quase inevitável neste discurso. Algumas pessoas conhecem os locais através de visitas esporádicas, eventualmente com grupos heterossexuais, num momento anterior às primeiras experiências homossexuais: isto é mais comum entre aqueles que assumiram a orientação homossexual numa fase um pouco mais tardia. A maior parte, pelo contrário, sentiu a necessidade de iniciar um percurso de explora-

ção e descoberta quer de forma solitária, quer na companhia de alguém que já era frequentador. Para todos, em qualquer caso, os bares e discotecas instituem-se aí, antes de tudo, como um local de identificação (e auto-identificação) e de socialização de uma experiência até então clandestina. De certa forma, embora este passo não seja, como é evidente, necessário para se ser homossexual, é fundador num caminho de identificação com um grupo e, nesse sentido, altera a *maneira* de ser homossexual.

Esta primeira fase é também reconhecidamente, em muitos casos, um momento de intensa experimentação sexual e, ao mesmo tempo, de criação de uma rede de conhecimentos e relações de amizade que são essenciais no estabelecer de uma vivência *gay*. A frequência parece ter nesta altura um carácter intenso, mesmo entre aqueles que noutra fase de vida posterior não podem considerar-se frequentadores regulares.

Esta primeira fase de frequência intensa serve, assim, de base a uma identidade social construída em torno de uma orientação sexual minoritária. Isto não significa que a homossexualidade passe a estar explicitamente presente em todos os momentos da vida destes homens. Pelo contrário, uma parte importante da sua experiência quotidiana implica formas mais ou menos completas de ocultação, ou pelo menos de omissão, da orientação sexual, face à família, no local de trabalho ou em relação a esferas de sociabilidade heterossexuais. Essa omissão não é apenas entendida como uma reserva de privacidade: é explicitamente sentida como uma forma de lidar com a homofobia, como uma gestão da marginalidade sexual⁶.

Por outro lado, a vivência da discriminação ou da repressão sexuais favorece, desde logo, o sentimento de pertença a uma margem, na qual pessoas com diferentes experiências de vida a outros níveis partilham, pelo menos, aquela vivência. Nesse sentido, é possível afirmar que para lidar com essa experiência de discriminação se torna necessário o reforço da diferença, uma construção mais ou menos consciencializada da diferenciação, tendo como base a orientação sexual — mas ultrapassando em muito este aspecto.

A integração da homossexualidade nas autonarrativas necessita então, para ocorrer, da construção de um espaço em que aquela orientação possa ser explícita. Sobretudo, dada a experiência da homofobia que caracteriza o contexto envolvente e marca também a socialização primária dos meus entrevistados, torna-se necessária a criação de fronteiras simbólicas de demarcação, dentro das quais a homossexualidade possa ser vivida e entendida de um modo diferente. Até certo ponto, a ruptura com os modelos sexuais hegemónicos implica uma experiência de descontinuidade que tem também

⁶ Cf. Meneses (1998), pp. 79-85, para uma discussão da percepção que estes homens têm da homofobia e da sua própria marginalização decorrente da orientação sexual.

uma expressão territorial. Importa lembrar que o termo «território» nos remete para uma realidade espacial a que se associa uma atribuição de sentidos culturais.

Assim, os bares não são simplesmente espaços físicos para uma experimentação (sexual e social) mais segura; nem é apenas fisicamente que poderemos ler a sua delimitação dentro da cidade. Neles se procede também à elaboração de um discurso colectivo de diferenciação pela positiva, de oposição ao discurso da sociedade envolvente acerca da homossexualidade. Num certo sentido, estes são também locais de resistência discursiva, de fronteiras de significação.

Evidentemente, aquele discurso não se constitui apenas, nem talvez sobretudo, por formas verbais. Passa antes pela elaboração daquilo que comumente se designa por «cultura gay»: pela partilha de níveis de significado particulares e por um estilo de vida que corresponde, mais do que a uma experiência homossexual, a uma vivência identitária traduzida na expressão «ser gay».

Ser gay implica a prática de hábitos de sociabilidade e consumo diferenciados. Isto significa que factores como a idade, a disponibilidade financeira ou o estatuto conjugal não se tornam necessariamente impeditivos da frequência assídua dos locais de divertimento nocturno (sejam eles os locais especificamente gay ou não) nem do consumo regular de bens culturais. Não só os homens que entrevistei consideram que têm, em qualquer situação, hábitos muito mais fortes e permanentes a este respeito, como essa é uma distinção positiva muito importante para a diferenciação entre os gay e a maioria da população. Existe uma fortíssima presença dos valores da «juventude» e «independência individual», bem como da «cultura» e «beleza». Assim se explicará o enorme investimento na imagem pessoal, tanto mais forte quanto mais fortes são os hábitos de frequência dos bares e discotecas. O discurso que mencionei é também, neste sentido, um discurso *incorporado*. Não se trata aqui só da questão do embelezamento pessoal (através de elementos como o vestuário ou a prática de exercício físico), mas ainda da adopção, em maior ou menor grau, de gestos, posturas corporais e modos de falar identificatórios. E é sintomática a sensação que algumas pessoas muito jovens descrevem de se tornarem notadas por não encaixarem (ainda) num «perfil gay». O que se constrói assim é uma espécie de «ideal-tipo do gay», face ao qual cada pessoa se aproxima mais ou menos, adquirindo algumas das características, mas raramente todas.

É relevante também, a este respeito, a criação de «cumplicidade» (recorrentemente mencionada pelos entrevistados), que inclui a partilha de experiências, mas sobretudo de significados. É aí central a apropriação, mais ou menos humorística, de muitas das imagens presentes no discurso homófobo e, em especial, da feminização implícita nessas imagens: um exemplo

particularmente evidente é o tratamento mútuo no feminino, que é um hábito irónico constante dentro do meio, e em especial o insulto no feminino; outros seriam o generalizado recurso ao *travesti* nos espetáculos encenados nos locais públicos, onde a sátira feminizante se encontra muitas vezes presente, ou a exibição, em momentos festivos, da imagem ambígua de *drag-queen* (caracterizada por uma «máscara» feminina que deixa explícita a masculinidade que parece ocultar).

A feminização de quem tem práticas homossexuais é usada pelo discurso hegemónico como forma de resolver a questão da existência de homens que não correspondem ao modelo dominante de masculinidade — negando, de alguma forma, essa existência. Nesse sentido, corresponde a uma forma de mediação simbólica da contradição entre as formas de sexualidade minoritárias a que me refiro e o discurso de género dominante. É uma leitura da homossexualidade que torna tolerável a sua presença, ainda que neste tipo de discurso hegemónico a tendência seja para o evitamento dessa questão. Ela surge, justamente, em circunstâncias em que pode ser utilizada daquela forma para o reforço da visão dominante: em circunstâncias mais ou menos ritualizadas, como é o caso do Carnaval, ou nas anedotas e no discurso humorístico em geral. Em qualquer caso, a mensagem é aí, claramente, a de que um homem homossexual não é, de facto, um homem.

O que me parece que podemos encontrar nas formas de humor *gay* a que me referia, longe de funcionar como um reforço daquela visão dominante, é uma manipulação daquela contradição no sentido de lhe dar exposição (jogando com o sexo masculino, o género feminino e a [homos]sexualidade), colocando abertamente em causa os modelos de género e sexualidade hegemónicos⁷.

Outro aspecto cuja aprendizagem é favorecida pela frequência destes lugares, tornando a referida fase de experimentação mais relevante, é o que se prende com o homoerotismo, com a construção de um imaginário sexual colectivo. Com efeito, para além de campo de oportunidades sexuais reais,

⁷ Para uma compreensão deste tipo de mecanismos simbólicos, na concepção em que os uso aqui, cf. Pina Cabral (1996), pp. 40-45. Particularmente útil é o conceito que o autor ali defende de «exutório» para compreender o jogo de contradições explícitas, aparentemente insanáveis, que caracteriza o humor *gay*. Este *nonsense* pode então ser visto como dispositivo simbólico contra-hegemónico, que explora as contradições do discurso homofóbico.

Igualmente relevante poderá ser a noção de *hidden transcript* proposta por Scott (1990) para dar conta das formas de resistência à dominação. Embora o autor tenha em mente situações muito diferenciadas daquela que aqui me ocupa, situações marcadas já não só pela hegemonia, mas pela imposição física de dominação, o humor *gay* tem, sem dúvida, algumas das características que nos são ali apontadas como fazendo parte de um discurso oculto de oposição e resistência. É também importante recordar aqui que esta forma de humor surgiu em épocas e lugares em que a repressão física da homossexualidade era uma realidade bem presente, o que torna o paralelo mais pronunciado.

os bares e discotecas servem também (ou talvez sobretudo) de locais de exposição a uma estética erótica específica — de que as fotografias e cartazes são um dos exemplos evidentes, para além dos próprios frequentadores. Os espectáculos produzidos contribuem também para criar um ambiente erótico nestes locais, ambiente que é central para os caracterizar. Nesse sentido, poderíamos dizer que as experiências sexuais reais podem não ser tão importantes como a mera possibilidade de ocorrerem, da mesma forma que esta possibilidade não é tão relevante como a simples evocação de imagens eróticas⁸. Ser *gay* quer então dizer também que se dominam as técnicas de sedução em público que são aceitáveis neste meio, bem como uma definição muito clara do que (ou de quem) pode ou não ser eroticamente atraente.

Todos estes aspectos são construídos, em boa medida, pela frequência dos locais públicos. Esta cumpre, assim, uma função de aprendizagem do «ser *gay*», quer no sentido individual, quer na elaboração de um corpo partilhável de significados: por aqueles locais favorecerem a criação e manutenção de uma sociabilidade *gay*, mas também por incluírem os elementos de decoração, de utilização significativa da música e de *performance* que antes referi.

Tal como ser homem, no sentido biológico, não significa automaticamente ser masculino, necessitando a masculinidade de ser aprendida e afirmada, lembremo-nos de que ter uma prática homossexual não é o mesmo que partilhar sentidos culturais acerca dessa prática. «Ser *gay*» é, neste caso, muito mais do que uma descrição de hábitos sexuais. A este respeito, é significativo que alguns entrevistados mencionem a ideia de que alguns «heterossexuais de facto» são «culturalmente *gay*», em boa medida por serem frequentadores assíduos destes locais.

No conjunto, esta função de aprendizagem implicada na frequência de bares e discotecas está, no presente contexto, muito próxima de ser insubstituível. Se é verdade, por exemplo, que a Internet pode ser também uma via de contacto dentro do meio, é bem evidente que não poderá desempenhar uma parte relevante do papel que atribuo a estes espaços. Em todo o caso, é notório que esta começa a ser, entre os mais novos, uma clara porta de entrada, mesmo que só possa verdadeiramente sê-lo quando conduz à (ou coincide com a) frequência dos bares.

A crescente importância da Internet nos percursos de vida *gay* vem reforçar algo de essencial para a discussão que se segue: a globalização das referências e quadros de identificação. Não se trata já tanto, como era o caso na geração anterior, de uma experiência de viagem ou vivência presencial noutras contextos. Em qualquer dos casos, a construção e gestão de uma

⁸ Para este ponto foi essencial o comentário de Miguel Vale de Almeida, chamando a atenção para uma menor explicitação deste aspecto numa versão anterior do presente texto.

identidade *gay* em Lisboa, tendo uma dimensão local imprescindível, faz-se também face a um contexto cultural global. A definição territorial da margem que os bares e discotecas implicam tem fronteiras transversais, gerando um quadro complexo perante o qual cada pessoa define a sua própria identidade. E começam a ser os próprios espaços públicos, assim como as associações *gay*, a mobilizar a Internet como instrumento de identificação entre o público a que se dirigem.

Defendi até agora a ideia da quase inevitabilidade da frequência dos espaços públicos em alguma altura da vida destes homens, afirmando ser essa uma experiência largamente comum. Exceptuam-se aqui aquelas pessoas que, por serem consideravelmente mais velhas, por terem iniciado a sua experiência homossexual numa fase de vida mais tardia e/ou de uma forma mais isolada, nunca passaram por tal experiência⁹. No caso daqueles que a tiveram, mencionei também o facto de, ultrapassada aquela fase inicial, os percursos se diversificarem, variando então enormemente as escolhas dos locais, bem como os ritmos e as formas de consumo.

Uma parte significativa das pessoas deixa nessa altura de frequentar estes espaços. Destas, um pequeno número abandonará mesmo o hábito do divertimento nocturno. A maioria delas tenderá, porém, a desviar esse hábito em direcção às zonas ditas *straight*: a área ribeirinha da cidade e o Bairro Alto. Esclareça-se que uma boa parte do consumo continuará a incidir sobre os chamados locais *friendly*. O abandono total (ou quase) do Príncipe Real será mais fácil, em todo o caso, para aqueles cujo ambiente profissional e/ou familiar, embora maioritariamente heterossexual, é menos homófobo, podendo, portanto, prescindir com menos custos da vivência descontínua ou de diferenciação que os espaços específicos favorecem.

Um outro grupo, também limitado mas significativo, prolonga o ritmo intenso de frequência dos bares e discotecas *gay*. Estes são aqueles cuja sociabilidade tende a ser quase exclusivamente *gay*. Por isso mesmo, serão aqueles em que se encontra um maior número das características que definem o que chamei atrás «ideal-tipo *gay*». Até um certo ponto, são estes homens quem define esse padrão, assegurando a sua permanência (e reprodução) dentro dos espaços públicos.

Por fim, uma larga maioria das pessoas, ultrapassada a fase de experimentação e aprendizagem inicial, tenderá a manter algum nível de frequência, espaçando, em maior ou menor grau, as visitas ao Príncipe Real. O normal

⁹ Sobretudo nas gerações anteriores (refiro-me a pessoas com mais de 30 anos), em que a saída para o estrangeiro marcava um passo importante no sentido da incorporação da homossexualidade na identidade pessoal, a experiência pode também ter sido adquirida em meios *gay* de outros países. Com a progressão rápida da visibilidade do meio *gay* de Lisboa, no entanto, a tendência será para os mais jovens terem essa oportunidade aqui, *antes* de eventuais viagens a outros locais.

será a combinação (ou alternância) dessas visitas com a frequência de outro tipo de locais.

Por outro lado, entre os vários espaços *gay* definem-se nessa altura preferências, seleccionando um ou vários locais para uma frequência mais regular, embora exista também o hábito de, numa noite mais longa (regra geral, as de fim de semana), circular entre vários locais. O Bairro Alto e, em menor medida, a zona ribeirinha podem, nesse caso, ser incluídos no percurso. Assim se define a atitude, pelo menos, da maior parte dos meus entrevistados, para quem esta é a forma «mais saudável» de conviver com a sua identidade sexual: não evitar os locais «identitários», mas não restringir a estes a sua sociabilidade. Encontramos, portanto, um modelo ideal de vivência *gay* definido num espaço de equilíbrio entre a continuidade e a ruptura com o meio envolvente ou, de certa forma, uma continuidade apenas possível depois de efectuada uma ruptura.

Sublinhe-se que, entre todos os que frequentam tipos de espaços diferentes, está implícita a ideia de que se trata de formas, também elas, diferentes de consumo. Por um lado, podem corresponder ao convívio com grupos diferentes de amigos; nomeadamente, o convívio com amigos heterossexuais raramente se confunde, inclusive nos locais escolhidos, com aquele mantido com outros *gay*. Para além da questão da companhia, os comportamentos adoptados não são também os mesmos quando se está fora do meio *gay*. O tipo de postura corporal e de linguagem ou qualquer forma clara de assunção da orientação sexual, por exemplo, representam uma maneira de estar específica, que não é, de um modo geral, transponível para outro tipo de ambientes.

A possibilidade de recuperar aquele modo de estar, expressa num sentimento de liberdade, pode explicar a manutenção da frequência dos locais específicos, e bem assim a de uma frequência, mesmo que esporádica, daqueles que passaram a ir habitualmente a outros locais. Aprendida a forma de «ser *gay*» que tentei descrever, resta a necessidade, para a exercer, de voltar ao espaço onde isso é possível e tem sentido. Por outro lado, essa pode ser a única via de cultivar uma sociabilidade *gay*, um local onde encontrar e manter amizades. Por fim, não podemos, além disso, esquecer-nos da questão das oportunidades sexuais, francamente facilitadas num espaço em que a homossexualidade é um traço de identidade comum explícita, nem da possibilidade de reencontrar o ambiente erótico que atrás descrevi.

Importa lembrar que, até recentemente, o «mundo *gay*» do Príncipe Real representava um universo bem mais exclusivo. Nos últimos anos não apenas se verificou uma maior permeabilidade da «noite *gay*» à frequência heterossexual e feminina, como as referências culturais *gay* se estenderam a locais no exterior deste espaço, ainda que de uma forma ambígua ou mitigada. A esse movimento correspondeu outro de reforço dos traços identitários no

interior do Príncipe Real. A um crescimento do peso cultural e comercial da cultura *gay* na cidade correspondeu, portanto, uma maior nitidez e intensidade dessa cultura no centro da sua produção, cujos traços se clarificam e tornam mais homogéneos.

Isto não é, evidentemente, dissociável da afirmação do movimento *gay* dentro da cidade e, sobretudo, face ao poder político. O surgir da Associação ILGA-Portugal (filiada na International Lesbian and Gay Association, que detém reconhecimento internacional oficial, nomeadamente junto da União Europeia), em 1996, marcou uma viragem importante, desde já por representar a primeira associação de homossexuais com um número relevante (e ainda em crescimento) de associados, assinalando-se, assim, o início de um movimento político especificamente *gay* em Portugal.

Note-se que, numa inversa do que sucedeu em países como os Estados Unidos da América, o movimento *gay* português surge pela primeira vez com expressão pública claramente em consequência dos movimentos de activistas em torno da questão da SIDA, em vez de estes últimos surgirem de dentro do movimento *gay*. Uma vez que este não existia enquanto tal (a não ser sob a forma de pequenos grupos de debate e entreajuda), as alterações introduzidas pelo surgir da SIDA, nomeadamente a pressão para uma maior visibilidade e discussão pública da sexualidade na sociedade portuguesa em geral, funcionaram como catalisadores de uma mudança que parecia já prenunciada pelas alterações na organização dos locais públicos. Para além disso, o surgir da doença no meio *gay* (muito forte numa fase inicial da epidemia no nosso país) funcionou também como estímulo para o assumir de responsabilidades e posições públicas por parte de alguns indivíduos que, iniciando uma militância em torno das questões de saúde, acabaram por criar a pressão política pelos direitos dos homossexuais. Assim, a SIDA faz explicitamente parte da agenda *gay*, sendo a ligação entre ambos os movimentos muito explícita¹⁰. Seja como for, esta conjugação de factores teve como consequência uma enorme aceleração do processo de publicitação e politização do meio *gay* de Lisboa, que sofreu mudanças consideráveis num período de tempo muito curto¹¹.

Coincidindo com uma fase de mudança no poder político, com o suceder de actos eleitorais e com a iminência de uma revisão constitucional, o nascimento da ILGA-Portugal inaugurou um processo de pressão política sobre os partidos com assento parlamentar, tendo em vista a consagração jurídica de alguns direitos. Tendo já como saldo da sua actividade a cedência do

¹⁰ Esta é, de resto, uma das fontes de diferenciação (e, por vezes, de conflito) entre as várias associações *gay*, uma vez que algumas defendem o separar de águas a este respeito para contrariar a ligação que uma parte do grande público ainda faz entre a doença e os homossexuais.

¹¹ Agradeço a Cristiana Bastos a sugestão de incluir aqui esta breve descrição da relação entre o movimento *gay* e a SIDA, que estava omissoa em versões anteriores.

espaço para uma sede por parte da edilidade lisboeta, ficou, assim, marcado o início de um apoio público oficial e explícito até aqui inédito em Portugal.

Este teve continuidade na organização da primeira comemoração do *Gay-pride* realizada em espaço aberto, e não na intimidade dos bares e discotecas específicos (embora, note-se, nas imediações daqueles), integrada em 1997 no programa das *festas da cidade* promovidas anualmente pelo município. A proximidade aos espaços de entretenimento gay, servindo, por um lado, um mecanismo de identificação territorial e facilitando, assim, esta passagem para o exterior, foi também uma forma de facilitar a associação daqueles estabelecimentos ao evento, através de bancas de venda de bebidas. Seguir-se-ia a realização de um *festival de cinema gay e lésbico*, também com o apoio da Câmara Municipal. Ambas as realizações foram já reeditadas, integrando-se, assim, no programa cultural habitual da cidade.

A comemoração do 28 de Junho, tendo-se repetido em 1998 mais ou menos no mesmo local — o jardim do Príncipe Real —, foi já nesse ano deslocada do interior do jardim para a área lateral mais visível e mais próxima do local de passagem de um público não gay; em 1999, finalmente, a zona do Príncipe Real foi abandonada em favor da Praça do Município, na baixa comercial da cidade. Independentemente dos diversos factores que possam ter estado na origem destas mudanças de lugar, aquilo a que me parece que estamos a assistir é a uma progressiva apropriação simbólica de Lisboa como palco de manifestações culturais gay, associando a estas já não apenas o território mais marcado como gay, mas também algumas outras «zonas nobres» da cidade.

A ILGA promove ainda a edição de inúmeros folhetos de informação e aconselhamento, de temática variada (desde textos genéricos acerca da homossexualidade até àqueles que abordam problemas específicos, como o modo de proceder à revelação da orientação sexual perante os pais ou o tema da SIDA), disponibilizados regularmente em alguns dos bares. A estratégia de divulgação da Associação inclui também a utilização da Internet, o que é essencial para atingir a faixa mais jovem e menos integrada no meio, assim como uma linha telefónica de apoio e aconselhamento. Desde 1996, em consequência ou por coincidência, o tema da homossexualidade ganhou uma significativa visibilidade mediática, sucedendo-se os artigos de jornal e os programas televisivos.

Em particular, o apoio do município terá facilitado a crescente visibilidade do meio e da cultura gay. Acontece que, como descrevi, esse apoio foi atingido, em geral, através da Associação ILGA-Portugal. Uma vez que a composição sociográfica desta coincide em grande medida com a do conjunto dos meus entrevistados¹², a tendência é para uma crescente hegemonia

¹² Cf. Meneses (1998), anexo IV.

interna do modelo de vivência *gay* que encontrei nesta pesquisa: aquilo que os homens que entrevistei definem, na sua vida privada como nas práticas de sociabilidade em espaços públicos, como a forma «correcta» ou «saudável» de viver uma identidade sexual minoritária. Esta implica que se assuma e até certo ponto cultive a descontinuidade face à sociedade envolvente e aos modelos ali dominantes, mobilizando, por outro lado, sempre que possível, alguns dos valores «positivos» dessa mesma sociedade. É assim que se torna possível uma definição de cultura e identidade *gay* que, construindo a distinção, o faça numa posição positiva, invertendo os sentidos negativos de uma cultura tradicionalmente homófoba.

A cultura *gay* assume, assim, um papel explícito no projecto de modernidade da cidade de Lisboa. Se isso implica um reforço da distinção, esse reforço faz-se também pelo sublinhar de aspectos valorizados na sociedade envolvente: o consumo cultural, um igualitarismo de género tendencial, valores como a «liberdade individual», a «juventude» e a «beleza física», o investimento numa «cultura global», particularmente nítida no uso da Internet, são exemplos desta «modernidade *gay*».

III

Se a posição de partida é, aparentemente, uma margem, esta faixa de homossexuais jovens, urbanos e escolarizados tende, assim, a fortalecer, dentro da cultura *gay*, aquilo que mais os liga à centralidade, inscrevendo-se numa ideologia de globalização cultural. Se aceitamos, porém, que a sociedade portuguesa (e, no caso vertente, lisboeta) não se inscreve como um todo, de um modo igual, nesta lógica, teremos de considerar a hipótese de que um número considerável de homossexuais se veja assim duplamente marginalizado. Tentarei aqui abordar algumas pistas que nos conduzem a esta hipótese.

Embora a minha tese tenha incidido sobretudo sobre aquele grupo mais visível, com uma imagem e um discurso mais públicos e politizados, foi possível, ainda assim, aceder a alguns aspectos de diferenciação que poderão ser úteis nesta discussão. Um tema em particular aparece como iluminador a este respeito. Refiro-me à questão da conjugalidade, que surge como ponto de confluência de alguns dos aspectos mais marcantes do discurso *gay*, servindo de terreno de demarcação entre formas diferenciadas de viver a homossexualidade. Não por acaso, em seu torno tem-se verificado uma parte significativa da discussão política que envolve o meio *gay*. Vejamos, antes de mais, qual o modelo que encontrei de modo predominante nas entrevistas que realizei.

Temos, em primeiro lugar, uma clara tendência entre os entrevistados para o envolvimento em relações conjugais, se bem que sob diversas formas.

Esta diversidade é, como veremos, uma das especificidades da conjugalidade homossexual.

O facto de a maior parte das pessoas com que falei ter experimentado uma vivência conjugal, ou ter a expectativa de vir a fazê-lo (independentemente do modelo preconizado), não impede que a percepção geral seja a de que será sempre particularmente difícil criar e manter uma situação desse tipo. A primeira percepção presente é a da dificuldade e instabilidade particulares dos relacionamentos afectivos num contexto sexual minoritário. Esta questão prende-se com aquilo que os entrevistados consideram serem as especificidades da sexualidade e estilo de vida *gay* (tendendo para o individualismo sexual e doméstico e, por isso, dificultando o estabelecimento e manutenção de uma relação), mas é também explicada com o menor (ou mesmo, nalguns casos, ausente) enquadramento familiar, social e jurídico das relações conjugais *gay*. A natureza não oficial destas relações, a sua menor socialização fora de um circuito restrito, a inexistência de pressão social para optar por um modelo de vida conjugal, se são louvadas pela liberdade que implicam, são também compreendidas como factores de maior instabilidade. A tensão gerada pela necessidade frequente de ocultar o relacionamento, ou pela alternativa de fazer frente à curiosidade e à estigmatização pela sociedade envolvente, é muitas vezes também responsabilizada pela alegada menor duração das relações homossexuais. Por último, existem os problemas mais formais, associados à marginalidade jurídica das relações conjugais *gay*. Trata-se, pela positiva, da ausência de condicionalismos jurídicos ao finalizar de uma relação e, pela negativa, da não proteção legal dos membros de um casal durante a relação ou na eventualidade de ela terminar. O primeiro aspecto facilita o fim das relações, enquanto o segundo funciona, por vezes, como impedimento à opção pela co-residência conjugal plena entre os *gay*, ou pelo menos obriga a manter algumas precauções, impedindo a partilha total ou incondicional de todos os aspectos da vida dentro destes casais. Esta insegurança material funciona, certamente, como fonte potencial de conflitos conjugais.

A percepção de todas as dificuldades encontradas¹³ não tem apenas efeitos negativos na relação destes homens com a conjugalidade. Desde logo,

¹³ É importante, com efeito, não perdermos de vista que estamos a falar de uma representação social, de uma percepção subjetiva que encontrei nas entrevistas, e não de um dado sociográfico: infelizmente, é neste momento impossível fazer a comparação estatística entre as conjugalidades hetero e homossexual quanto à duração dos relacionamentos. Em todo o caso, os homens entrevistados teriam sempre de ser comparados apenas com os heterossexuais seus congéneres sociográficos — homens de classe média-média alta, escolarizados, jovens e habitantes de espaços urbanos. A minha própria percepção é a de que as coisas se passam de modo um pouco diferente se formos analisar homossexuais mais velhos, de outros grupos sociais, ou mesmo mulheres homossexuais, visto que o género é uma variável relevante quando falamos das estratégias de vida conjugal. Mais uma vez, porém, esta é uma discussão sem qualquer suporte estatístico.

perpassa em muitas das entrevistas a referência ao medo da solidão que decorre daquela percepção. Este elemento discursivo acerca da solidão constitui uma das explicações fornecidas para a tendência que encontrei de precocidade nas experiências conjugais. Essa precocidade deverá ser lida também, em meu entender, através da informalidade da co-residência *gay*, que contraria o efeito do retardamento da vida activa (factor eficaz entre os heterossexuais sobretudo no retardar da institucionalização das relações). O facto de o *gay* ser visto como tendo um menor enquadramento familiar e de não ter, na maior parte dos casos, descendência agrava esse sentimento de solidão, deixando a conjugalidade como a grande solução: só uma relação estável poderia combater a solidão a partir de uma dada fase de vida.

Mas existe, a este propósito, uma questão mais genérica que se liga à construção de uma identidade *gay* através da definição de características consideradas específicas dessa identidade e valorizadas pela positiva. O sentimento de instabilidade e insegurança nas relações afectivas e sexuais dentro do meio acaba por funcionar como o reverso da medalha da ideia de que, quando existem, estas são relações nas quais cada um dos elementos dispõe de muito mais liberdade e criatividade do que dentro de um casal heterossexual. Na realidade, o que encontramos (nos discursos e nas práticas a eles associadas) é um meio caracterizado por uma grande flexibilidade e variabilidade no que respeita aos vários aspectos da conjugalidade. Esta variabilidade é vista como uma vantagem destas relações e, simultaneamente, como a melhor resposta para lidar com as dificuldades que acabei de enunciar. Veremos em seguida como se caracteriza tal variabilidade.

Em primeiro lugar, é frequente a manutenção de «relações conjugais sem coabitacão» ou «co-residência parcial». Falamos aqui de casais estáveis, com uma relação duradoura e, em geral, sem constrangimentos (de ordem familiar, por exemplo) à co-residência, mas que optam por manter habitações separadas. O espaço de cada um dos elementos do casal é depois partilhado apenas em alguns dias, o que pode passar pelos fins de semana e férias gozados em comum, por dias da semana alternados, ou por qualquer outra forma, preestabelecida ou não, de gerir o tempo passado em conjunto em função dos espaços que o casal tem disponíveis. Esta é uma consequência pela positiva, do ponto de vista destes homens, do individualismo e da falta de modelos e pressões sociais e familiares. Permite conciliar o ideal de relação estável contemporâneo, ou seja, a ideia de um casal unido por sentimentos de amor e companheirismo, com outros aspectos da ideologia dominante no grupo social e etário aqui sobretudo representado: o individualismo dos projectos de vida e o ideal de liberdade e independência individuais. Tudo parece indicar que a homossexualidade funciona como um elemento intensificador deste ideal individualista, pela ruptura que provoca em relação aos modelos familiares tradicionais ou, mais simplesmente, em relação à própria família de origem.

Por outro lado, existe a percepção de que é também no funcionamento interno das relações (seja qual for o modelo de residência adoptado) que existem diferenças. Uma das mais notórias incide sobre a gestão da sexualidade dos membros do casal. Embora encontremos relacionamentos em que este aspecto é gerido segundo o modelo «tradicional» das relações heterossexuais — a monogamia implicando nesse caso a exclusividade sexual como norma, seja esta observada na prática ou não —, podemos encontrar também diversas soluções alternativas. Vemos então relações em que é admitido um princípio de não exclusividade obrigatória, princípio esse que pode ou não, mais uma vez, ser posto na realidade em prática. O que importa reter é a ideia de que nessas situações o casal tem de negociar algumas regras, que são variáveis tanto de caso para caso como ao longo do tempo na mesma relação. O grau de detalhe e explicitação destas regras é ele próprio variável, sendo certo que, em cada caso, a experiência ao longo do tempo ditará sempre alterações e tornará necessária a regulação de pontos inicialmente esquecidos.

Mais uma vez, vemo-nos perante um modo de lidar com os problemas específicos que estes homens encontram nas suas relações afectivas. Mas está também implícita a ideia de que entre os homossexuais existirá uma maior possibilidade de viver as relações de um modo mais reflexivo, criativo e respeitador da liberdade de cada indivíduo. O entendimento em relação à adopção de uma forma diferente de relacionamento é também, muitas vezes, visto como uma medida da qualidade da relação e como indicador da possibilidade de uma maior compreensão entre dois homens (unidos por uma «visão masculina» da sexualidade e das relações afectivas) do que aquela que poderá existir num casal heterossexual. A masculinidade passa, nesse caso, por uma maior necessidade de liberdade sexual e de diversificação das experiências e por um menor empenho na estabilidade dos relacionamentos enquanto valor absoluto e formativo da identidade pessoal. As atitudes perante o comportamento sexual resolvem-se muitas vezes nestes discursos pelo recurso aos códigos de género hegemónicos na sociedade envolvente.

Este aspecto representa igualmente, de um modo muito evidente, uma ruptura com um modelo tradicional que se percebe estar em crise mesmo para os heterossexuais, sendo considerado completamente desadequado a um relacionamento homossexual. A percepção é também a de que, para quem já «quebra as normas» pela sua orientação sexual, é mais fácil depois «criar as suas próprias normas» noutros domínios, construindo uma postura perante a sexualidade menos mediada por constrangimentos «morais» ou normativos, mais individualizada e independente e muito variável ao longo do percurso de vida.

Não é, aliás, apenas ao nível da sexualidade que estes homens vêem as suas relações como mais diversificadas. A gestão das tarefas domésticas — enten-

da-se a divisão do trabalho doméstico entre os dois elementos do casal — é um aspecto que nunca deixou de me ser referido por aqueles que têm algum tipo de experiência de vida conjugal e mesmo por muitos dos que não a têm. Com efeito, este parece ser o exemplo preferido para ilustrar a diversidade existente na conjugalidade *gay*, por oposição ao que é entendido como o modelo heterossexual, que será, no entender dos inquiridos, mais frequentemente predefinido e mais monótono nas soluções encontradas. Este aspecto serve, desta maneira, de ponto de comparação e forma de posicionamento crítico face às relações heterossexuais — mas também de crítica a outras formas de vida doméstica homossexual.

É quase consensual o repúdio pela ideia de um casal *gay* adoptar uma divisão «convencional» das tarefas domésticas, atribuindo a um dos elementos as tarefas «tipicamente masculinas» e ao outro as «femininas». Existe, porém, a noção de que isso se passa com alguns casais. Esses casos, considerados minoritários e por oposição aos quais a esmagadora maioria dos entrevistados define o seu ideal, são associados, em geral, nestes discursos, a homens mais velhos, muitas vezes menos escolarizados, mas sobretudo oriundos de famílias pertencentes a grupos sócio-culturais nos quais os modelos de género são mais assimétricos: isto é, todos aqueles que se afastam das características sociológicas que definem o meu conjunto de entrevistados.

Existe entre os inquiridos uma clara noção de que este modelo convencional já não será tão frequente mesmo entre os casais heterossexuais, surgindo aqui alguma relação de continuidade. Os heterossexuais que quebram este modelo são sobretudo os mais jovens, da classe média urbana, mais escolarizados e com uma profissionalização tendencialmente equivalente entre os géneros, tendendo também a ter um nível de vida que permite a procura de apoio profissional para as tarefas domésticas — o que diminui esta fonte de conflito potencial. É justamente este o grupo social com que a maioria dos meus entrevistados se identifica.

Esta ideia de continuidade não impede que as mesmas pessoas encarem os homossexuais como uma espécie de vanguarda na tendência de mudança das relações internas do casal urbano contemporâneo. A este respeito, de resto, existe alguma ambivaléncia. Se estas formas diferenciadas de gestão doméstica são apresentadas como um contributo inovador dos casais *gay*, como algo que os diferencia positivamente dos casais heterossexuais, tal só surge como possível num contexto em que os próprios heterossexuais estão em mudança, tornando concebível a ideia de casal fora de um modelo tradicional.

Em boa medida relacionada com esta última questão, vem a de saber como são encarados os aspectos profissionais. A separação económica, pelo menos relativa, que vigora dentro destes casais implica desde logo uma

maior tendência para a simetria ou igualitarismo profissionais. Quero com isto dizer que as carreiras profissionais dos dois membros do casal tenderão a ser consideradas igualmente importantes, existindo um investimento sensivelmente igual em ambas; isto será tanto mais assim quanto maior for a prevalência da ideia de independência, em detrimento de valores de complementaridade. No entanto, como é óbvio, quando de alguma forma existem assimetrias a este nível, elas não podem ser lidas, como num casal heterossexual, através da questão das concepções de género, mesmo quando são até certo ponto expressas pelos próprios mediante esse código. Passam antes por factores como a integração profissional desigual anterior à relação: é o que acontece quando um dos elementos do casal tem um emprego estável e bem remunerado, enquanto outro tem um trabalho de carácter mais precário. Outro aspecto possível, que se relaciona com o anterior, é a diferença etária relevante, quando implica que um dos elementos se encontre numa fase muito diversa da sua carreira profissional.

Na sua esmagadora maioria, recorde-se, o grupo de entrevistados caracteriza-se por uma grande autonomia individual no que respeita à profissão. Esta questão, volto a frisar, terá de ser entendida em articulação com a necessidade de autonomia económica que o desenquadramento social e jurídico destas relações provoca; não é também independente do igualitarismo nas formas de divisão do trabalho doméstico que atrás referimos. A leitura destes três elementos tem de ser feita necessariamente através de dois níveis, que se interligam: a orientação sexual minoritária que caracteriza estes homens, mas também as suas características sociológicas.

Estes são, num primeiro plano, casais constrangidos no seu funcionamento por factores exteriores diferentes dos que afectam a generalidade da população. Por outro lado, são pessoas cujo enquadramento sócio-cultural empurra para as concepções que tenho designado por ideal de individualismo e também para um ideal de conjugalidade igualitária, de companheirismo entre pessoas unidas, antes de tudo (ou apenas), por laços afectivos. A relevância da identidade sexual justifica-se neste ponto pelo corte efectuado com os modelos de sexualidade e família maioritários e pelo efectivo menor enquadramento familiar, que tenderá a acentuar desde logo os valores individualistas; pelo facto de as diferenças de género não estarem à partida presentes no casal, ficando assim anulada a base em que se fundavam as assimetrias tradicionais; por fim, pelo trabalho de construção daquela identidade sexual minoritária, que passa muitas vezes pela oposição formal aos modelos dominantes ou da «normalidade» tradicionalista.

Regra geral, os meus entrevistados defendem que a conjugalidade altera menos a sua sociabilidade e os seus hábitos de consumo cultural e recreativo do que acontece entre os heterossexuais. Vemos, assim, surgir um aspecto que, embora matizado nas experiências pessoais concretas, se institui no

discurso como uma verdadeira norma da conjugalidade *gay*. Essa norma diz que os relacionamentos de amizade e os hábitos de vida nocturna intensa, bem como um consumo acima da média dos chamados bens culturais, não devem alterar-se mesmo que tal implique que os membros do casal desenvolvam por vezes programas sociais separados. Convém não perder de vista a ideia de que a diversidade interna de que tenho vindo a falar não se distribui aleatoriamente dentro do meio. Sempre que estabeleci uma tendência dominante, ela só o é de facto para este grupo de homens — inseparável, portanto, desta faixa etária e deste estrato sócio-profissional.

Vimos como considero aquela diversidade interna da conjugalidade *gay* uma resposta a condições adversas específicas, mas também espelho de um contexto ideológico de classe média (urbana e escolarizada) no que toca à família e à sexualidade. Esse é um contexto em profunda alteração e, com ele, as modalidades de conjugalidade *gay* mantêm um diálogo complexo entre a continuidade, o pioneirismo na mudança e a simples ruptura. Se as alterações que ocorrem têm lados positivos, que são vistos como próximos de um modelo *gay* desejável, também simbolizam uma decadência dos modelos tradicionais que, para os entrevistados, sublinha a superioridade das novas formas propostas pela experiência *gay*.

Apesar da enorme diferenciação interna do meio, que os inquiridos não deixaram nunca de sublinhar como um aspecto positivo, existem formas que são assumidas nestes discursos como «melhores» do que outras, correspondendo, em geral, àquelas que estabelecem uma ruptura com os modelos considerados «tradicionais» e típicos da heterossexualidade. Na relação entre esse ideal de ruptura e a ideia de continuidade ou mesmo vanguardismo em relação às evoluções mais recentes nas formas familiares constrói-se uma diferença fortemente valorizada, que é a base de uma identidade *gay* positivamente assumida. Aqueles que não praticam estas modalidades preferenciais tendem a ser identificados, neste discurso, como símbolo de modelos passados, ou como grupo menos informado cultural e politicamente — sempre, em todo o caso, como algo de negativo e em processo de desaparecimento.

O que gostaria de sugerir é que estamos neste caso perante uma estratégia de «hegemonia minoritária» que, visando a negociação de uma melhor posição de prestígio e a anulação da estigmatização face à sociedade envolvente, tende a ocultar todos aqueles que não se conformam aos seus próprios valores dominantes. Essa estratégia, criada na tensão entre uma ideia de «normalidade» e a de criatividade e diferença, é reforçada pela maior discursividade e capacidade de afirmação política deste grupo específico, que toma claramente a dianteira em termos de imagem e voz em direcção ao exterior.

De fora ficam todos aqueles que não se identificam com esta modernidade conjugal: aqueles para quem uma relação afectiva não se funda em con-

ceitos de liberdade individual (e, nomeadamente, sexual) ou de igualitarismo social e doméstico. Estes serão, tendencialmente, os que se enquadram sociograficamente nos grupos sociais que mantêm modelos de família e conjugalidade marginais ao discurso global da modernidade. São eles, justamente, os homens mais velhos, para quem a (homo)sexualidade se inscreveu numa vivência muito diferente da que presidiu ao percurso destes jovens, os menos urbanizados e/ou de classe social um pouco mais baixa, que na sociedade portuguesa não partilham da experiência familiar hegémónica (por não terem acesso aos meios necessários à sua concretização ou, de outro modo, por viverem realidades sociais que dependem de outras lógicas de gestão familiar), e aqueles que, pertencendo a uma classe social mais alta, encontram maiores vantagens em modelos de família mais «tradicionalistas».

Um exemplo ilustra aquilo que quero dizer. Uma das questões colocadas à discussão na sociedade portuguesa nos últimos anos, e a única que adquiriu importante expressão pública e mediática, foi a da possibilidade de enquadramento jurídico da relação conjugal *gay*. Os representantes do movimento *gay*, exercendo pressão pela definição de um regime de união de facto que permita o acesso a um amplo leque de direitos, foram claros inicialmente na recusa da possibilidade de um casamento homossexual, embora tenham mais recentemente alterado a posição a este respeito. Esta alteração fez-se a favor da igualdade simbólica (e de facto) total entre hetero e homossexuais perante a lei portuguesa, favorecendo o acesso potencial aos mesmos direitos — embora os protagonistas públicos desta mudança tenham sido formais ao recusarem a hipótese de usarem eles próprios esse direito. A mudança de posição não impede que as reivindicações continuem a incidir sobretudo sobre a questão da união de facto, surgindo a ideia de casamento sobretudo de reptos jornalísticos.

De toda a forma, tal mudança deve ser entendida como característica de um meio marcado por uma permanente reflexividade e capacidade de reformulação destas questões. Nomeadamente, pode ter tido algum peso a colagem à anterior posição, com argumentos semelhantes, daqueles agrupamentos políticos que são oficialmente contra o alargamento dos direitos dos homossexuais. Por outro lado, uma reflexão mais prolongada poderá ter tornado necessário o alargamento do leque de possibilidades de forma a ser possível envolver um número tão grande quanto possível de pessoas. Mas, sobretudo, há a evolução para uma posição mais ambiciosa e afirmativa em termos políticos, reivindicando-se, assim, a igualdade formal a que atrás me referi.

Vejamos, mesmo assim, como julgo que pode ser lida aquela que foi a posição espontânea inicial. A argumentação, na primeira fase, foi a de que a instituição do casamento corresponde a um modelo familiar heterossexual (em boa medida «antiquado»), que não tem cabimento nos modelos conjugaais *gay*, não respondendo, portanto, «àquilo que os *gay* querem e de que

precisam» (uma inversão precisa, portanto, dos argumentos conservadores, que dizem que as relações homossexuais não trazem em si aquilo que o modelo do casamento exige). Ainda que o discurso político do movimento *gay* se tenha alterado a este respeito, os discursos individuais conservam em muitos casos esta posição.

O que me parece é que se tratava de institucionalizar apenas o modelo conjugal apontado como «correcto» pela faixa social que domina o movimento político *gay*, impedindo a formalização (e, portanto, o reconhecimento social) de outros estilos de vida doméstica homossexual.

Em causa está, claramente, uma atitude de hegemonia interna dentro da «margem *gay*», possível porque coincidente com fenómenos de hegemonia em torno da família e da sexualidade que se verificam na sociedade portuguesa em geral. Tal como acontece na questão dos consumos culturais a nível da cidade de Lisboa, a questão *gay* é, assim, directamente integrada num projecto de modernidade global, reforçando a marginalização relativa de alguns sectores.

Este movimento é feito por uma definição de fronteiras mais claras entre o mundo heterossexual e o homossexual — e não será casual a reprovação, explícita ou implícita, de todas as modalidades de ambiguidade a este nível. Apenas dois exemplos a este respeito. Ao longo da minha investigação tornou-se evidente que, para a esmagadora maioria dos entrevistados, a bissexualidade é, no melhor dos casos, uma forma de transição para a plena assumpção de uma identidade *gay*; noutros casos, é vista como uma mera «hipocrisia», ou recusa de aceitar as dificuldades percebidas na homossexualidade, mantendo-se uma relação formal com a normalidade heterossexual. Embora a bissexualidade vá sendo integrada na agenda das associações, esta percepção negativa mantém-se muito nítida nos discursos individuais¹⁴. A segunda questão passa pela existência de um número alargado de pessoas que, mantendo uma vivência social e familiar heterossexual, procuram os espaços públicos *gay* para experiências homossexuais esporádicas. Apesar de todo o investimento discursivo em torno da ideia de experimentalismo sexual individualista que é feito dentro do meio, existem regras implícitas para esse experimentalismo, sendo a mais importante a que exige que os seus protagonistas tenham algum envolvimento identitário com o meio. Aquele grupo de pessoas «socialmente heterossexuais» concentra em si a maior parte dos discursos negativos: sendo percebidos, mais uma vez, como «homossexuais que não se assumem» ou que «não têm uma relação saudável com a sua sexualidade», são ainda tidos como os grandes responsáveis pela presença da

¹⁴ Para uma discussão de alguns dos mecanismos de marginalização da bissexualidade, inclusive no interior do meio *gay*, noutro contexto, mas com grandes similaridades com o que encontrei em Lisboa, cf. Bell (1984).

prostituição no ambiente *gay*, logo pela imagem negativa que a sociedade envolvente tem deste meio. Simultaneamente, os locais que não transcrevem no seu espaço os modelos de sociabilidade juvenil dominantes tendem a ser identificados com este tipo de frequentadores, sendo por isso vistos de um modo mais ou menos negativo — mesmo por aqueles que não põem de lado a possibilidade de os frequentarem esporadicamente.

Ainda desta vez, a minha leitura aponta para a construção de uma sexualidade de contornos muito definidos, essencial para o surgir da ideia de «comunidade *gay*», tal como para a afirmação política da legitimidade social desta comunidade. Esta sexualidade, embora caracterizada no discurso como um espaço de liberdade individual, tem implícita uma regulação estrita dos comportamentos mais ou menos aceitáveis. Tal regulação exclui a prostituição, bem como a maioria dos comportamentos sexuais não inscritos em lógicas de sociabilidade reconhecíveis, que são descritos com alguma carga negativa mesmo por quem assume já os ter praticado (é o caso dos relacionamentos sexuais estritamente anónimos, em «quartos escuros» de saunas ou discotecas); também de fora ficam as práticas que não correspondam a modelos identitários claros e bem definidos, como a experimentação homossexual por parte de homens ou casais heterossexuais, ou a própria bissexualidade, raramente reconhecida como modelo legítimo de estruturação da vida sexual.

IV

Concluindo, diria que, partindo de uma posição marginalizada, o grupo de homens que entrevistei recorre a uma estratégia discursiva complexa para contrariar essa marginalização¹⁵. Pertencendo a uma classe média urbana, escolarizada e jovem, recorre à identificação com a ideologia da modernidade, considerando as suas próprias experiências de intimidade produtoras daquela modernidade — leitura que a própria sociedade envolvente tem tendido a alimentar, enquadrando o movimento associativo *gay* de Lisboa na produção de uma cidade diferente e mobilizando a questão *gay* sempre que

¹⁵ Utilizo aqui «estratégia» no sentido em que ela é definida por Pina Cabral (1996, pp. 46-50), não enquanto «decisões conscientes individuais, mas sim práticas sociais que surgem como o resultado agregado do facto de que diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de acção semelhantes» (id., *ibid.*, 46). Neste caso, estaríamos perante uma estratégia de duplo sentido, que, tendo origem numa posição de marginalidade, instituindo-se como forma de lidar com essa posição, exprime uma oposição explícita ao discurso hegemónico, mas, por outro lado, resulta no reposicionamento deste grupo de homens num lugar mais próximo da centralidade, reforçando, portanto, os ideais hegemónicos e contribuindo para um acentuar da margem, ainda que redefinida.

se trata de transmitir uma imagem modernizada de Lisboa, do país ou deste ou daquele grupo ou personagem políticos.

Estamos perante um grupo de pessoas que tende a ver-se a si próprio como parte da modernidade e da globalização dos estilos de vida, projectando essa imagem dentro do meio e para o exterior através de uma discursividade fortemente identitária.

Esta estratégia, em termos gerais bem sucedida no recolocar de uma vivência homossexual num plano de centralidade discursiva, tem duas grandes consequências secundárias, segundo defendi. Em primeiro lugar, implica uma reconstrução da margem que reforça, nalguns planos, uma imagem homogénea da «cultura gay», mas que sobretudo estabelece fronteiras identitárias entre ser hetero ou homossexual, definindo este último como uma entidade diferenciada — se bem que integrável, até certo ponto pelo menos, pelo discurso hegemónico. Em segundo lugar, nesse processo é reforçada a exclusão, ou marginalização, de outras experiências e representações de sexualidade minoritária. Se a recente tendência para a diversificação do meio político gay representar, como me parece, uma reacção a este fenómeno¹⁶, é possível que futuras leituras do meio tenham de lidar com uma complexidade acrescida no que respeita aos processos simbólicos e identitários em causa.

Por fim, se em relação a um dos grupos alternativos que sugeri (os homens de classe mais alta) a não identificação com este modelo gay será, provavelmente, compensada por outros vectores de identidade que estabelecem laços com a centralidade hegemónica (como a pertença a sectores da elite cultural ou económica), a maioria das pessoas que não se revê no discurso gay fica confinada a uma dupla obscuridade. Por serem homossexuais e por não se adequarem aos modelos da modernidade, a posição simbólica é, nesse caso, particularmente despossuída, diminuindo muito a capacidade de negociação: apenas para estas pessoas a margem é aqui uma realidade inequívoca.

BIBLIOGRAFIA

- PEREIRA BASTOS, Susana (1997), *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da Sua Repressão*, Lisboa, Pub. Dom Quixote.
- BELL, David (1984), «Bi-sexuality — a place on the margins», in Stephen Whittle (ed.), *The Margins of the City. Gay Men's Urban Lives*, Aldershot, Arena, pp. 129-141.
- GAMEIRO, Octávio J. C. (1998), *Do Acto à Identidade: Orientação Sexual e Estruturação Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/UL, tese de mestrado.
- MENESES, Inês S. (1998), *Espaços Públicos, Vidas Privadas: Identidades Gay em Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/UL, tese de mestrado.

- O'CONNOR, Justin, e Derek WYNNE (eds.) (1996), *From the Margins to the Centre. Cultural Production and Consumption in the Post-Industrial City*, Aldershot, Arena.
- PINA CABRAL, João de (1996), «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea), in *Mana — Estudos de Antropologia Social*, vol. 2, n.º 1, pp. 25-57.
- SCOTT, James C. (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven/Londres, Yale University Press.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século Ed.
- VELHO, Gilberto (org.) (1985), *Desvio e Divergência. Uma Crítica da Patologia Social*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- VELHO, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- WHITTLE, Stephen (ed.) (1994), *The Margins of the City. Gay Men's Urban Lives*, Aldershot, Arena.

Comentado por Miguel Vale de Almeida